

Boletim



Coordenação da “Auditoria Cidadã da Dívida” – nº 14 – 14 de fevereiro de 2006



Vejam neste Número

O pré-pagamento ao FMI: Contradição Inexplicável

Por quê o Governo Lula acelera endividamento caro e quita antecipadamente dívida bem mais barata? (pág 4)

Auditoria avança nos estados

Vejam alguns relatos dos estados que já divulgaram suas propostas e experiências de Auditoria Cidadã. (pág 10)

Auditoria Cidadã da Dívida

Coordenação

Maria Lucia Fattorelli Carneiro

Responsável técnico pelo Boletim

Rodrigo Vieira de Ávila

Contato: (61) 3218-5276

auditoriacidada@unafisco.org.br

www.divida-auditoriacidada.org.br

Campanha Jubileu Sul

Contato: (11) 5572-1518

jubileubrasil@terra.com.br

www.jubileubrasil.org.br

Números da Dívida em 2005

Sacrifício do Superávit Primário e crescimento acelerado da dívida pública (pág 2)

Participação da Auditoria Cidadã no Fórum Social Mundial - Caracas

Vejam como foram os eventos e as suas principais conclusões (pág 6)

Seminário no Rio de Janeiro debate as estratégias frente à Dívida

Dia 6 de dezembro de 2005 dezenas de entidades discutiram linhas de ação para a Campanha Auditoria Cidadã da Dívida (pág 9)

Lançada Cartilha “Auditoria de la Deuda – America Latina y el Caribe”

No Fórum Social Mundial de Caracas foi lançada cartilha, em português e espanhol, que contou com a participação de entidades de vários países da América Latina. (pág 8)

Quem ganha com a Dívida Interna?

A Dívida Interna beneficia poucos, e representa uma reciclagem do mecanismo da dívida externa (pág 12)

Números da Dívida em 2005

Sacrifício do Superávit Primário e crescimento acelerado da dívida pública

O ano de 2005 foi mais um ano de sacrifício para o povo brasileiro: recorde de arrecadação de tributos; recorde de contingenciamento de investimentos e gastos públicos, tudo para se cumprir e superar a estéril meta de superávit primário. Ao todo, os governos federal, estadual e municipal realizaram um superávit primário (reserva de recursos para o pagamento da dívida pública) de R\$ 93,5 bilhões, valor esse equivalente a 4,84% do PIB (Produto Interno Bruto, que representa a soma de todas as riquezas produzidas no país durante o ano). Este valor superou a meta de 4,25% do PIB, e foi o maior desde a Era FHC. Porém, este superávit não foi suficiente para o pagamento dos juros da dívida pública, que atingiram R\$ 157,1 bilhões (referentes às esferas federal, estadual e municipal), devido às altíssimas taxas de juros praticadas no país.

Na esfera federal, as indecentes taxas de juros fizeram crescer a própria dívida e, apesar do superávit primário recorde e de todo o sacrifício social, a dívida interna rompeu a barreira dos R\$ 1 trilhão: subiu de R\$ 857,47 bilhões (em dez/2004) para R\$ 1,002 trilhão em dezembro de 2005. Ou seja: em apenas 1 ano, esta dívida subiu nada menos que R\$ 145 bilhões, ou R\$ 276 mil por minuto!

Já a dívida externa estava, ao final do terceiro trimestre de 2005, em US\$ 202 bilhões (de acordo com a última informação do governo). Destes US\$ 202 bilhões, US\$ 116 bilhões correspondiam à dívida pública e US\$ 86 bilhões à dívida "privada". A dívida com o FMI era de US\$ 15,6 bilhões, e foi quitada antecipadamente em dezembro do ano passado (ver artigo da pág 4).

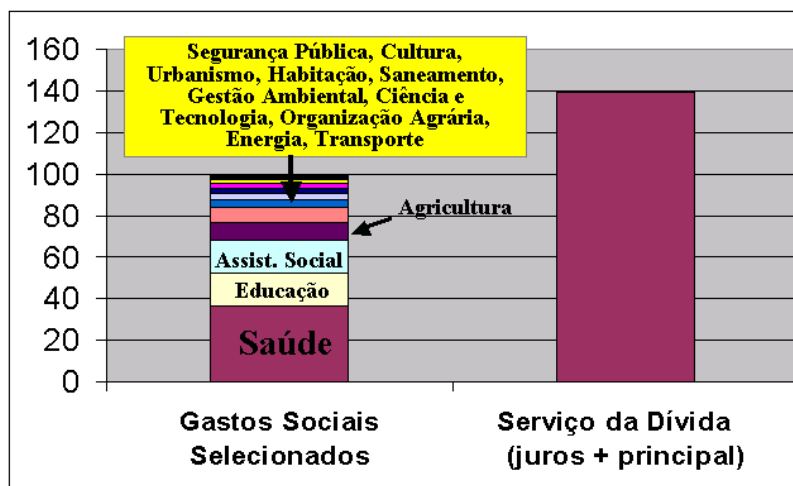
Todas estas dívidas - interna e externa - implicaram no pagamento de um serviço (ou seja, a soma dos juros e do principal destas dívidas), pela esfera federal, de R\$ 139 bilhões em 2005, bem mais que os R\$ 99 bilhões gastos com a SOMA de todas estas áreas sociais: Saúde, Educação, Assistência Social, Agricultura, Segurança Pública, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Organização Agrária, Energia e Transporte (ver gráfico).

Com esses R\$ 139 bilhões destinados ao serviço da dívida pública, o governo federal poderia ter assentado todas as 4 milhões de famílias sem terra do Brasil (ao custo de R\$ 35 mil por família). Ou então poderia construir 7 milhões de casas populares (ao custo de R\$ 20 mil cada). Outra alternativa para o uso destes recursos seria multiplicar por cinco os gastos com saúde no ano passado.

Outro componente importante do superávit primário é aquele realizado pelas empresas estatais federais, que aumentaram em quase 50% sua "economia" em 2005, em comparação a 2004. Isto ocorreu devido às altas no preço do petróleo, que reforçaram o caixa da Petrobrás. Esta estatal lucrou R\$ 17 bilhões em 2004 (quantia maior que todos os gastos federais em educação naquele ano), e deve superar os R\$ 20 bilhões em 2005. Ou seja: além de pagarmos a conta do superávit primário arcando com pesados tributos (embutidos no preço dos produtos essenciais à sobrevivência), também pagamos esta conta

GOVERNO FEDERAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Realizado em 2005 – R\$ bilhões



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal – www.stn.fazenda.gov.br

quando enchemos o tanque do carro, quando pagamos as altas tarifas de ônibus, ou mesmo quando contratamos qualquer serviço de transporte.

De nada adianta um esforço fiscal absurdo, às custas de maiores pagamentos de tributos e altas no preço da gasolina (que penalizam principalmente as classes mais baixas), se o país continuar adotando esse modelo econômico suicida, que transfere renda do setor público e da população mais pobre para os detentores dos títulos da dívida – os rentistas nacionais e estrangeiros – e ainda compromete o futuro com o crescimento continuado da própria dívida pública.

Remessas de lucros: recorde histórico

Nunca o Brasil foi tão explorado pelo capital estrangeiro. Em 2005, as multinacionais aqui instaladas remeteram às suas matrizes no exterior nada menos que US\$ 12,7 bilhões, valor este equivalente a mais de duas vezes o montante enviado em 2002, último ano de FHC. Em seus 3 anos de governo, Lula permitiu às multinacionais enviarem, em média, US\$ 8,6 bilhões por ano para suas matrizes, contra US\$ 4,5 bilhões anuais na Era FHC. Importante ressaltar que, na Era FHC, as remessas de lucros foram isentas do Imposto de Renda, isenção esta mantida pelo governo Lula.

Quando agregamos a estes US\$ 12,7 bilhões de lucros remetidos em 2005 as despesas com juros da dívida externa (US\$ 13,5 bilhões) e amortizações desta dívida (US\$ 33 bilhões), chegamos a um rombo total de US\$ 59,1 bilhões, valor este bem maior que o saldo comercial obtido (US\$ 44,8 bilhões). Ou seja: ainda estamos dependentes do fluxo de capital estrangeiro para o Brasil, que pode mudar a qualquer crise financeira internacional, gerando fugas de capital. Outro aspecto a ser considerado é que tal saldo comercial é obtido às custas de um modelo exportador que privilegia o agrobusiness - que extingue postos de trabalho e é prejudicial ao meio ambiente – e isenta de tributos as empresas exportadoras, mesmo que essas apresentem lucros bilionários. Assim, o ônus tributário do país recai cada vez mais sobre os trabalhadores e consumidores, que têm de pagar pesados tributos sobre bens essenciais à sobrevivência.

O pré-pagamento ao FMI: Contradição Inexplicável

Por quê o Governo Lula acelera endividamento caro e quita antecipadamente dívida bem mais barata?

Poucos dias após o surpreendente anúncio de pagamento antecipado de US\$ 15,5 bilhões ao FMI, cujos pagamentos seriam devidos somente nos dois anos seguintes, ou seja, até 2007, nos deparamos com a manchete do jornal Gazeta Mercantil, na última quarta-feira, dia 28 de dezembro de 2005: **“O governo acelera as captações no exterior”**.

A referida matéria tratava do lançamento antecipado, em 2005, de US\$ 3,5 bilhões em títulos da dívida externa brasileira que só estavam previstos para 2006 e justificava: “a estratégia do Tesouro Nacional de antecipar as captações externas previstas para o período de 2006/2007, iniciada em setembro de 2005, pode ser acelerada no primeiro semestre de 2006. A vantagem seria fugir da proximidade das eleições presidenciais, que pode encarecer os financiamentos e driblar uma eventual redução da liquidez internacional...” Em 2005 foram feitas emissões soberanas de títulos da dívida brasileira no exterior no montante de US\$ 8 bilhões, consideradas um grande “sucesso”, prevendo-se a continuidade do interesse dos investidores estrangeiros em 2006.

Buscando compreender a razão desses dois movimentos contraditórios - pagamento antecipado de uma dívida ao mesmo tempo em que se antecipa a emissão de títulos e se aumenta o endividamento - pesquisamos notícias de jornais e as páginas na internet da Secretaria do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, onde obtivemos as informações que comentamos a seguir:

- Ao todo, em 2005 foram feitas emissões soberanas de títulos da dívida brasileira no

exterior no montante de US\$ 8 bilhões, além da troca de C-Bond por A-Bond no valor de US\$ 4,4 bilhões. Porém, até o momento não estão disponíveis, nos sítios oficiais, as informações sobre as emissões antecipadas para 2005 no montante de US 3,5 bilhões. O quadro abaixo, retirado do sítio do Tesouro Nacional, detalha apenas as operações de emissão dos US\$ 4,5 bilhões originalmente programados para 2005:

Emissão de títulos da Dívida Externa em 2005

Data	Valor (US\$ milhões)	Taxa de Juros (% ao ano)	Observação
03/02/2005	648	7,55	Emissão de títulos
04/02/2005	1.250	8,9	Emissão de títulos
07/03/2005	1.000	7,9	Emissão de títulos
17/05/2005	500	8,83	Emissão de títulos
02/06/2005	500	8,81	Emissão de títulos
27/06/2005	600	7,73	Emissão de títulos
TOTAL (sem considerar a troca de C-Bond por A-Bond)	4.498		
01/08/2005	4.400	7,78	Troca de C-Bond por A-Bond

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – disponível no site:

http://www.stn.fazenda.gov.br/hp/downloads/Informes_da_Divida/Financiamento_Externo_ago.pdf

Não estão disponíveis as informações sobre os demais custos para a colocação dos referidos títulos no exterior, nem a diferença entre o valor de face dos mesmos e sua efetiva comercialização.

- As emissões antecipadas de títulos da dívida externa brasileira no montante de US\$ 3,5 bilhões (previstos inicialmente para serem emitidos apenas em 2006) se deram a taxas de juros que variaram de 8% a 12,75% ao ano, conforme se depreende a partir da reportagem do jornal Gazeta Mercantil, citada. Destaca-se a emissão de 19 de setembro de 2005, quando o Brasil emitiu títulos denominados em reais no montante de US\$ 1,5 bilhão, oferecendo rendimento de 12,75% ao ano. Como o real se desvalorizou apenas 2,4% frente ao dólar de 19/09/2005 a 03/01/2006, foi garantido até o momento, ao investidor estrangeiro, um rendimento de cerca de 10% ao ano, em dólares.

- Durante o ano de 2005, o Tesouro Nacional efetuou inúmeros leilões de títulos da “dívida interna”. A taxa Selic, que define os juros incidentes sobre a maior parte destes títulos, apresentou média de 19,13% em 2005. Descontando-se a taxa de inflação medida pelo IPCA, de cerca de 6% em 2005, obtém-se que os juros reais pagos superaram os 13% ao ano! Esta taxa é a maior do mundo, e equivale a mais que o dobro da taxa praticada pelo México (6,1%), o segundo colocado. É preciso ainda ressaltar que, como o Real se valorizou 13,4% frente ao dólar em 2005, os títulos da dívida interna garantiram um rendimento de nada menos que 35% ao ano para os investidores estrangeiros!

A partir destas informações, constata-se **que as condições das emissões de títulos da dívida brasileira - tanto interna quanto externa - foram altamente onerosas para o país**. Não houve o acompanhamento criterioso de tais operações pelo Senado Federal, como prevê o artigo 52, inciso V, da Constituição Federal, pois todas estas emissões de títulos foram previamente autorizadas pelo Senado Federal desde 16 de novembro de 2004, quando, por meio da Resolução nº 20, permitiu-se a emissão e colocação de títulos da dívida externa no montante de até US\$ 75 bilhões, sem estabelecer qualquer exigência quanto à modalidade dos títulos (nominativos; ao portador; listados ou não em bolsas de valores) ou quanto às demais condições de pagamento (prazos e juros), deixando o poder Executivo à vontade para “negociar”!

Na sequência dessas emissões onerosíssimas para a nação, em dezembro de 2005, o governo Lula ANTECIPOU o pagamento de US\$ 15,5 bilhões ao Fundo Monetário Internacional. Comparando-se o cronograma inicial de pagamentos devidos ao FMI com a anunciada economia de US\$ 900 milhões, a título de juros,

com tal antecipação, verificamos que o custo financeiro da dívida para com o FMI era de cerca de 4% ao ano.

Portanto, na prática, o Brasil ANTECIPOU e ACELEROU o endividamento em títulos da dívida externa ao custo de cerca de 10% ao ano em dólares, aumentou o endividamento “interno” ao custo real de 13% ao ano (sendo que os investidores externos ganharam 35%) e ANTECIPOU o pagamento das dívidas junto ao FMI, cujo custo era de apenas 4% ao ano. Qual é a explicação para movimentos tão contraditórios?

Como justificar antecipação e aceleração “a todo vapor” da emissão de títulos no momento, se o próprio governo diz ser confortável a situação das reservas cambiais e das contas públicas, o que estaria inclusive permitindo a antecipação do pagamento de outras dívidas junto ao FMI, Clube de Paris e até à ONU?

Enfim, por quê o governo Lula aumentou a dívida em títulos, a preços onerosíssimos, acarretando maiores gastos com juros, e antecipou o pagamento ao FMI, que cobrava taxas bem mais baixas? Qual é a lógica desse procedimento, especialmente considerando o sacrifício social imposto à nação, com cortes de gastos sociais e investimentos em saúde, educação, transportes, segurança, etc; aumento contínuo da carga tributária; aumento da Desvinculação das Receitas da União; redução de benefícios previdenciários e arrocho salarial, tudo para se produzir o elevadíssimo superávit primário?

O Governo Lula deve explicações ao povo brasileiro sobre estas operações.

AUDITORIA JÁ!

Vejam também no site da Auditoria Cidadã (www.divida-auditoriacidadada.org.br) a Declaração Conjunta Brasil / Argentina contra o pré-pagamento ao FMI

Participação da Auditoria Cidadã no Fórum Social Mundial - Caracas

Vejam como foram os eventos e as suas principais conclusões

Durante o Fórum Social Mundial 2006, em Caracas, a Auditoria Cidadã promoveu seminário e participou de diversos eventos e reuniões de trabalho.

Dia 25 de janeiro, a Campanha Auditoria Cidadã realizou o Seminário *“Auditoria de la Deuda Externa y Interna: Mecanismo para la reconquista de la Soberania”*, promovido em conjunto com diversas redes e entidades: Jubileu Américas, Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo, LATINDADD, Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia e Desarrollo. Os palestrantes - Beverly Keene (Argentina), Virginie de Romanet (Bélgica), Rômulo Torres (Peru), Carlos Bedoya (Peru) e Maria Lucia Fattorelli (Brasil) - enfatizaram a importância da auditoria, e mostraram casos exemplares de auditorias já realizadas em vários países. Neste evento foi lançada a cartilha *“Auditoria de la Deuda – América Latina y el Caribe”*, em português e espanhol, que contou com a participação de entidades de vários países da América Latina (disponível na página www.divida-auditoriacidada.org.br)

Ainda no dia 25, a coordenadora da Auditoria Cidadã, Maria Lucia Fattorelli, participou de reunião com deputados integrantes da Comissão de Finanças da Assembléia Nacional Venezuelana, quando apresentou resumidamente a proposta de Auditoria da Dívida, ressaltando a importância da realização da Auditoria da Dívida Venezuelana, já que agora terão facilidade de acesso aos documentos. Os parlamentares concordaram e se comprometeram a encaminhar esse tema, sendo que um deles - deputado Javier Borges - agendou reunião para o dia 27, quando aprofundamos o debate e discutimos a formação de grupos de estudos na Venezuela.

Dia 26, a convite da Fundación por la Europa de los Ciudadanos, Maria Lucia foi uma das palestrantes do seminário *“Europa-América Latina; alternativas desde las organizaciones sociales”*. Também no dia 26, a Auditoria Cidadã participou da Assembléia dos Povos Credores das Dívidas Históricas, Sociais e Ecológicas. Neste evento, foram apresentadas as conclusões da Assembléia Global da Campanha Jubileu Sul realizada em Havana, em setembro de 2005, dentre elas a resolução de que as auditorias sejam realizadas em todos os países.



Seminário *“Auditoria de la Deuda Externa y Interna: Mecanismo para la reconquista de la Soberania”*

No dia 27 de janeiro foi realizada reunião do **Observatório Internacional da Dívida**, do qual a Auditoria Cidadã participa, como representante do Brasil.

Dia 28 de janeiro, foi realizada uma grande Conferência *“Deuda Externa, Deuda Ecológica: Construyendo Alternativas a la dominación Financiera”*, painel que contou com a participação de Lidy Nacpil (Filipinas), Beverly Keene (Argentina), José Augusto Pádua (Brasil), Camille Chalmers (Haiti), Eric

Toussaint (Bélgica), Berta Flores (Honduras) e Maria Lucia Fattorelli, que apresentou a proposta de auditoria e relatou a experiência brasileira de Auditoria Cidadã.



Palestrantes da grande Conferência “Deuda Externa, Deuda Ecológica: Construyendo Alternativas a la dominación Financiera”

Antes de seu discurso, Maria Lucia fez uma homenagem aos quatro jovens mortos no grave acidente ocorrido com o ônibus no qual viajavam para Caracas. “Pedro Coelho Dávila Correa, Roberto Tadeu de Mello Barbosa, Taís Palmerston e Thiers Lage Bretas morreram quando buscavam a luta por um mundo melhor, um outro mundo possível onde haja Justiça e Liberdade. Que a morte desses jovens cheios de

esperança, que buscavam construir esse outro mundo, possa inspirar tantos outros jovens que se perdem em drogas, futilidades e desespero”. Todos os presentes ficaram de pé e dedicaram um minuto de silêncio aos jovens mártires.

Dia 29 de janeiro, a Frente Parlamentar de Acompanhamento da Dívida, presidida pela Deputada Dra. Clair (PT/PR), organizou o evento “*La auditoria, reestructuración y abolición de la deuda de los países del Tercer Mundo, el derecho al desarrollo y las alternativas al modelo económico vigente*”, do qual a Auditoria Cidadã também participou. Esta Frente foi a responsável pelo requerimento de instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Auditoria da Dívida.

Finalmente, dia 29 de janeiro, a Campanha participou de evento no qual cerca de 200 lideranças de movimentos sociais se reuniram com o Presidente Hugo Chavez, para relatar as principais conclusões e propostas discutidas no Fórum Social Mundial. O presidente venezuelano, que recebeu exemplar da Cartilha “*Auditoria de la Deuda – América Latina y el Caribe*”, assumiu publicamente o compromisso de realizar Auditoria das Dívidas de seu país.



Auditoria Cidadã participa da reunião dos movimentos sociais com o presidente Hugo Chavez. Na mesa, Camille Chalmers (Campanha Jubileu Sul), o presidente venezuelano e Gustavo Codas (Comitê Organizador do FSM)

Durante o Fórum, a Campanha Auditoria Cidadã também coletou assinaturas para que o presidente venezuelano proponha aos demais presidentes da América Latina o apoio às auditorias cidadãs em seus países.

Lançada Cartilha “Auditoria de la Deuda – America Latina y el Caribe”

No Fórum Social Mundial de Caracas foi lançada cartilha, em português e espanhol, que contou com a participação de entidades de vários países da América Latina

Dia 25 de janeiro de 2005 foi lançada, em Caracas, a Cartilha “*Auditoria de la Deuda – America Latina y el Caribe*”, editada em português e espanhol, que visa a difusão das experiências já realizadas de Auditoria da Dívida em diversos países do mundo.

Primeiramente, é feito um resgate histórico da dominação sofrida pelos países latino-americanos nos últimos séculos, com destaque para o processo de endividamento externo, iniciado no século XIX. No texto, é discutido que o endividamento foi o resultado de uma estratégia articulada dos países do Norte para a dominação dos países do Sul.

A cartilha também descreve outras formas de dominação contemporânea, como as exercidas pelas Instituições Financeiras Multilaterais (FMI, Banco Mundial, BID), e o Livre Comércio.

Após esta introdução histórica, a cartilha apresenta a Auditoria da Dívida como uma alternativa importante na luta contra o neoliberalismo e o imperialismo, podendo contribuir, mais amplamente, para a mudança das estratégias de desenvolvimento baseadas na utilização de empréstimos externos.

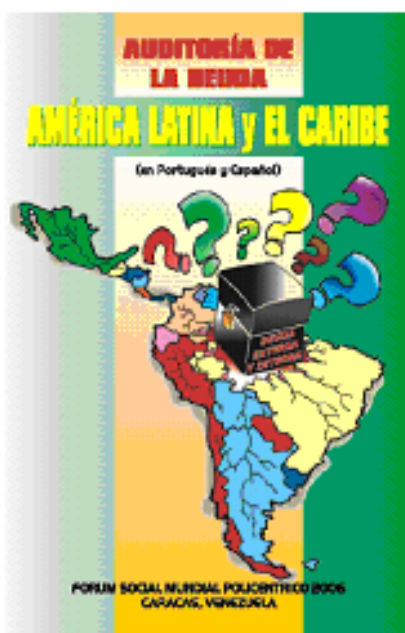
A seguir, são apresentadas experiências internacionais de auditorias já realizadas, começando pelo caso brasileiro. São listados os principais passos já realizados no Brasil, como a análise histórica da dívida, o resgate de documentos oficiais sobre o processo de

endividamento e o acompanhamento dos fatos atuais.

A proposta equatoriana da criação de um Observatório da Dívida também é analisada, a qual parte de um enfoque multidisciplinar, que incorpore os impactos da dívida sobre as questões sociais, de gênero, étnicas e ambientais. São também apresentados os principais argumentos jurídicos que podem ser utilizados para o não pagamento da dívida.

Por fim, nas conclusões, a cartilha afirma que os povos do Sul são os verdadeiros credores de uma dívida ecológica, moral, social, financeira e histórica, acumulada nos últimos séculos durante a longa história de colonização, a qual continua até hoje acumulando-se em consequência do contínuo saque e exploração dos nossos recursos, do nosso povo, de nosso trabalho e de nossas economias.

Desta forma, a Auditoria é uma estratégia chave quanto à fundamentação e a argumentação sobre a ilegitimidade do endividamento, a qual contribui para o fortalecimento e articulação dos movimentos dirigidos ao repúdio da dívida.



A Cartilha está disponível na página da Auditoria Cidadã na internet:

www-divida-auditoriacidada.org.br

Seminário no Rio de Janeiro debate as estratégias frente à Dívida

Dia 6 de dezembro de 2005 dezenas de entidades discutiram linhas de ação para a Campanha Auditoria Cidadã da Dívida

Foi realizado, no Auditório da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, dia 6 de dezembro de 2005, o Seminário “*Desafios da Dívida Externa e Interna para a Sociedade Civil*”, que contou com a participação de 175 pessoas e 100 entidades. O Seminário buscou traçar linhas de ação para a luta pela realização da auditoria oficial da dívida, e se compôs de duas partes.



Na abertura do Seminário, o jurista João Luiz Pinaud, Maria Lucia Fattorelli (Auditoria Cidadã da Dívida), Ivo Poletto (Semana Social Brasileira), Sandra Quintella (PACS) e os parlamentares Dra. Clair (PT/PR), Jandira Feghali (PC do B/RJ) e Babá (P-SOL/RJ)

Na primeira parte, as diversas entidades mostraram como a dívida afeta as suas áreas de atuação. A primeira mesa discutiu os aspectos sociais, ambientais e jurídicos da dívida, e contou com uma primeira exposição do jurista Paulo Lopo Saraiva (OAB/RN). Após, as entidades envolvidas com estes temas mostraram como a dívida afeta os direitos sociais e a questão ambiental, e como ela pode ser questionada juridicamente.

A segunda mesa discutiu os aspectos tributários, fiscais e previdenciários, e teve como expositor o professor Dércio Garcia Munhoz. A seguir, as entidades que lidam com estes temas deram seu testemunho de como a dívida provoca o aumento da carga tributária e a redução dos gastos sociais. Já a terceira mesa discutiu os aspectos econômicos e financeiros, a partir da exposição inicial do Professor da UFRJ Reinaldo Gonçalves. Foi discutido a seguir, pelas entidades, dentre outros pontos, como a dívida

implica na desregulação dos fluxos de capital e na dominação do país pelos Organismos Financeiros Multilaterais.

Na segunda parte do seminário foram discutidas as formas de articulação para a luta pela realização da auditoria oficial da dívida. Como encaminhamentos, **as entidades se comprometeram a participar da formação e estruturação do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida, que será instalado em reunião dia 16 de março de 2006, em Brasília. O convite para as entidades se integrem a este Conselho encontra-se no site www.divida-auditoriacidada.org.br.**

Este Conselho, que será composto de intelectuais, juristas e membros de movimentos sociais, será de fundamental importância para o acompanhamento de uma eventual auditoria oficial. A reunião de 16 de março também avaliará os diversos trabalhos propostos durante este seminário. Até esta data, as entidades procurarão realizar estudos, buscando melhor elaboração para aprofundar a ligação de cada área – Previdenciária, Tributária, Trabalhista, Fiscal, Financeira, Econômica, Ambiental, Jurídica, etc – com o tema do endividamento público.

Também foi discutido que o tema do endividamento deve ser inserido como tema central da agenda de lutas da classe trabalhadora em nosso país, pois afeta diretamente o nível de emprego e os salários dos trabalhadores do setor público e privado, devendo ser levada com mais afinco e com mais centralidade pelas categorias. É fundamental que cada movimento, cada entidade faça a ligação dessa temática do endividamento, dos grandes números, com a luta cotidiana. Por exemplo: saúde precária, depredação ambiental, concentração das terras, desemprego, cortes de direitos, aumento de tributos, etc.

Para conhecer todos os encaminhamentos do Seminário, acessar o site: www.divida-auditoriacidada.org.br

Auditoria avança nos estados

Vejam alguns relatos dos estados que já divulgaram suas propostas e experiências de Auditoria Cidadã

Inicia processo de controle social em Contrato de Dívida Externa no Rio Grande do Norte

(Dalila Maria Pedrini - Assessora Nacional de Políticas Públicas da Cáritas Brasileira)

Realizar uma auditoria cidadã em projeto de combate à pobreza rural no Rio Grande do Norte, com recursos advindos de empréstimos externos, foi uma idéia apresentada em agosto deste ano à equipe das Pastorais Sociais, da Arquidiocese de Natal, pela Cáritas Brasileira. Estiveram presentes várias pessoas que atuam na Pastoral da Pessoa Idosa, da Criança, do Menor, Serviço de Assistência Rural – SAR, Serviço de Ação Urbana, SEAPAC, além do Vigário Geral e do Coordenador das Pastorais Sociais da Arquidiocese de Natal. A proposta foi apresentada no sentido de motivar a equipe a realizar, com participação popular, avaliação do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Rio Grande do Norte, pelo empréstimo número 4120-Br recursos obtidos do BIRD, alocados à Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social do RN.

O grupo motivou-se a assumir a tarefa, no compromisso ético de socializar ao povo este grave problema nacional da Dívida Externa, que é causa da dependência do país, do aumento da exclusão social e da falta de recursos para as políticas públicas e pode representar um caminho para maior tomada de consciência e mobilização social. Também representa um eixo para ações articuladas entre diversas organizações e pastorais sociais do estado.

A proposta de trabalho veio mostrar outras implicações e desdobramentos políticos do endividamento não só para o RN, como para o País, e que este processo certamente será uma contribuição ao povo potiguar.

A partir desta reunião decidiu-se formar uma comissão estadual para articular o processo e para estudar o contrato analisando suas implicações. Essa comissão propõe-se ainda a criar uma metodologia que envolva de modo efetivo a participação popular, metodologia esta que possa servir de referência para aplicar em atuações similares de outras regiões do país.

Esta é a primeira experiência de auditoria em Projetos de Dívida Externa, realizada por equipe local, e neste caso será realizado pelas pastorais sociais que irão mobilizar as forças sociais do estado no sentido de criar uma rede de entidades que possa

assegurar uma atuação continuada. A Cáritas Brasileira estará envolvida pela atuação de seus membros do Secretariado Nacional de Brasília e do Regional Nordeste II, com sede em Pernambuco.

A comissão também pretende, em sua metodologia de trabalho, realizar ampla divulgação do projeto em escolas de Fé e Política, grupos de mães, de jovens, celebrações dominicais, etc. A idéia é envolver a população em todas as fases do projeto.

Objetiva-se ainda por este meio, manter acesa a chama e a luta pela auditoria oficial, realizando educação para a cidadania e para o controle social, caminhando para maior soberania nacional.

A Auditoria do Projeto de Despoluição da Baía de Guanabara

(Ana Mary Carneiro – Rio de Janeiro)

Logo após a reunião realizada no dia 13 de setembro de 2005, em Brasília, pela Campanha Auditoria Cidadã da Dívida, onde discutimos uma proposta de cronograma de atividades, fui convidada pelo Prof. Victor Valla, da ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz - a participar de um debate sobre a Dívida.

Em dezembro de 2005 realizamos no Rio de Janeiro o Seminário Nacional proposto na reunião de Brasília. Este Seminário apresentou, entre outras sugestões, a de organizar comitês regionais para aprofundar pesquisas e a luta da auditoria. Junto com o Professor Victor Valla comecei a participar de reuniões com o grupo da ENPS e da Ouvidoria, para debater a questão da Auditoria da Dívida e escolhemos o PDBG - Programa de Despoluição da Baía de Guanabara - e a destinação dos recursos advindos dos empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, como nosso principal objetivo na Campanha da Auditoria.

Juntou-se ao grupo o ambientalista Sérgio Ricardo, profundo conhecedor dos problemas da Baía da Guanabara e do PDBG. Nosso grupo é composto por cerca de onze (11) pessoas, a maioria da Fiocruz, sob a liderança do Prof. Victor Valla. Das reuniões tiramos algumas propostas, como a criação de um Fórum Cidadão da Baía de Guanabara a ser composto pelos movimentos sócio-ambientalistas e área acadêmica. Entre as ações prioritárias deste Fórum destacamos:

a) assegurar o caráter coletivo e de confiança mútua entre as instituições e entidades participantes do Fórum, assim como buscar construir um processo de organização horizontalizada e descentralizada com a realização de encontros e atividades - sempre que possível - de forma itinerante (fóruns itinerantes) para que o Fórum possa se organizar e se fortalecer em todos os municípios da bacia hidrográfica da Baía da Guanabara;

b) propor a realização de uma Auditoria Cidadã do PDGB (auditoria técnica e financeira independente) no âmbito da mobilização social pela realização de uma Auditoria Cidadã da Dívida Externa Brasileira.

c) realizar articulação conjunta dos movimentos sócio-ambientais e da área acadêmica para pressionar o Ministério Público Estadual e Federal no sentido de dar andamento aos diversos inquéritos Civis existentes que apuram as responsabilidades pelos desmandos ocorridos no PDGB;

d) realizar um Tribunal Popular da Dívida sócio-ecológica gerada pela dívida externa, com ênfase na primeira etapa do PDGB;

e) elaborar projetos, pareceres e propostas técnicas SEMPRE EM CONJUNTO COM OS MOVIMENTOS SOCIO-AMBIENTAIS no sentido de interferir de forma qualificada sobre a segunda fase do PDGB, proposta pelo governo estadual, e que encontra-se em análise pelo governo federal e por bancos multilaterais de investimentos, como o próprio BID, apesar de em síntese reproduzir os mesmos erros técnicos, falta de participação popular e desvios de prioridade já constatadas no PDGB 1;

f) promover ações conjuntas, como vistorias técnicas em obras inacabadas do PDGB como reservatórios de água construídas na Baixada fluminense, áreas críticas de enchentes, mapeamento das áreas de risco, política pesqueira assim como promover estudos sobre a relação da despoluição da Baía de Guanabara com a situação da saúde pública, etc...

g) participação junto às entidades representativas dos pescadores atuantes na região em diversos municípios.

Auditoria Estudantil da Dívida: Juventude e a fiscalização ativa do patrimônio público

(Leonard Ravaglia – Estudante do Rio de Janeiro)

No mundo acadêmico, atualmente, percebemos diversos elementos que impõem um distanciamento ideológico da verdadeira função da formação

universitária. É cada vez mais comum a procura dos jovens às universidades que aparentemente lhe permitirão uma melhor colocação no meio profissional. Contudo, essa busca é acompanhada de um processo de ruptura dos objetivos reais do ensino superior, que visam, principalmente, a produção do conhecimento.

Afoitos por alcançarem seu espaço no ambiente corporativo os jovens abstraem-se do fundamento científico de criar novas interpretações do cotidiano e seguem o caminho da tecnocracia educacional, transformando-se em seres meramente reprodutores da ideologia dominante. A competitividade do mercado impulsiona a descrença em propostas transformadoras, que aparentam para os universitários o enterro de sua chance de sucesso. Com o medo do desemprego, os questionamentos ficam de lado, dando lugar à assimilação passiva da exploração laboral. Com isso, esquecem-se que a crítica social é a matéria que alavanca os avanços da humanidade.

Pelos motivos expostos, trabalhar a formação universitária voltada para a produção do conhecimento social-crítico é urgente.

A proposta da Auditoria Estudantil da Dívida Pública tem como direção o resgate da atuação acadêmica voltada para a consciência cidadã-crítica, a produção científica aplicada aos interesses sociais, o fomento à participação ativa das populações na fiscalização da atuação dos poderes representativos, a aferição de demandas estruturais não atendidas pelos governos, entre outras.

A construção do projeto pauta-se na elaboração de um cronograma que fundamenta sua finalidade. Inicialmente, será necessário trabalhar a formação de quadros qualificados, compreendendo os princípios de atuação do projeto e difundindo a idéia pelos diversos espaços universitários. Como a pesquisa empírica exige um conhecimento técnico, a matéria deverá ser formatada em cursos de formação dividida em módulos de aprendizagem.

A partir da assimilação do conhecimento técnico, o próximo passo é alimentar a formação de projetos de extensão no interior nas universidades, interligados entre si, além da criação de comitês regionais, estaduais e municipais, onde houver possibilidade. Ao mesmo tempo, serão iniciadas as pesquisas em campo para a apuração da destinação dos financiamentos.

Diante do desafio proposto, a tarefa pode ser vista, à princípio, como ambiciosa. E é.

Quem ganha com a Dívida Interna?

A Dívida Interna beneficia poucos, e representa uma reciclagem do mecanismo da dívida externa

A Dívida Interna Federal chegou a R\$ 1 trilhão em dezembro de 2005. Segundo o governo, os principais beneficiários desta dívida são os Fundos de Pensão e milhões de brasileiros que aplicam em Fundos de Investimento dos bancos. Em dezembro de 2005 a Câmara dos Deputados – por intermédio do Deputado Federal Babá (P-SOL/RJ) – requereu ao Ministro da Fazenda dados mais detalhados sobre a estrutura de credores da dívida interna, que especificassem inclusive a parcela da dívida detida pelos grandes e pequenos credores. Apesar da Constituição Federal – em seu artigo 50 - prever que o Ministro deveria responder em 30 dias (implicando em crime de responsabilidade o desrespeito a este prazo), até hoje não foi encaminhada resposta.

Enquanto isso, podemos tentar analisar a estrutura de credores do endividamento interno através de outras fontes de dados. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, em dezembro de 2005, 34% desta dívida estava em poder dos bancos, 5% com empresas não financeiras, e 48% com Fundos de Investimento. Os restantes 13% se referem a outros tipos de credores. Ou seja: nada menos que 34% desta dívida está na mão de apenas 136 bancos nacionais ou estrangeiros, em operação no país.

Os bancos estrangeiros detêm 5% da dívida interna. Considerando que estes bancos estrangeiros recebam por seus títulos uma remuneração equivalente à taxa Selic, estes lucraram nada menos que R\$ 8,3 bilhões ano passado, o que corresponde a US\$ 3,4 bilhões (considerando-se a cotação média do dólar de 2005). Interessante observarmos que este valor corresponde à metade das remessas anuais de juros da dívida externa durante a primeira metade da década de 90. Ou seja: nota-se nitidamente uma reciclagem do clássico mecanismo de transferência das riquezas do sul para o norte, anteriormente feito através da dívida externa, e agora por meio do endividamento interno. Isto se refletiu no recorde de remessas de lucros ano passado (de US\$ 12,7 bilhões), que foram 2,45 vezes maiores que em 2002, influenciadas pela alta rentabilidade do setor financeiro estrangeiro estabelecido no Brasil (de acordo com reportagem do jornal Valor Online, de 19/01/2006). E, confirmando o fato de que a dívida

interna serve aos mesmos propósitos da dívida externa, o governo, dia 8 de fevereiro, anunciou a intenção de isentar de Imposto de Renda os investimentos estrangeiros em títulos da dívida interna.

A outra grande parcela da dívida interna (48%) é detida por fundos de investimento. Segundo o governo, isto indica que os credores da dívida seriam os Fundos de Pensão e milhões de brasileiros que aplicam suas economias em fundos de renda fixa oferecidos pelos bancos. Porém, temos de analisar mais aprofundadamente esta questão.

O Informe Mensal de Atividades da Comissão de Valores Mobiliários (dez/2005) diz que os cotistas de Fundos de Investimento são 10,6 milhões, sendo que 47% deles aplicam em Fundos de Renda Fixa ou Referenciados (cujo patrimônio se compõe de títulos da dívida interna). Portanto, os credores da dívida interna são 5 milhões, segundo o Informe.

Porém, parte destes 5 milhões de cotistas podem ser Fundos de Pensão, que possuem, por trás deles, vários credores individuais. Segundo o Informe Estatístico da Secretaria da Previdência Complementar de junho/2005 (o último disponível no site www.inss.gov.br), os Fundos de Pensão possuem 1,877 milhões de participantes (considerando também os beneficiários de pensão), que possuem R\$ 136 bilhões aplicados em Fundos de Investimento de Renda Fixa (13,6% do total da dívida Mobiliária Interna Federal). Portanto, os credores da dívida interna (somando-se Fundos de Investimento e Fundos de Pensão) não passam de 6,877 milhões de pessoas, isto é, apenas 3,72 % da população brasileira. Porém, não se sabe quantos são os cotistas estrangeiros.

Cabe ressaltar, finalmente, que mesmo dentro deste pequeno grupo, o patrimônio deve estar fortemente concentrado, seguindo o padrão de forte concentração da riqueza no país, onde apenas 5 mil famílias detêm uma riqueza equivalente a quase metade do PIB (Segundo o Atlas da Exclusão Social de 2004). Porém, somente poderemos analisar melhor isto quando o Ministro da Fazenda responder o requerimento da Câmara dos Deputados.